

Raça, gênero, classe: Cotidiano e mobilização subjetiva de mulheres diaristas

Race, gender, class: Daily life and subjective mobilization of women day laborers

Raza, género, clase: Vida cotidiana y movilización subjetiva de las mujeres jornaleras

Race, genre, classe : Vie quotidienne et mobilisation subjective des travailleuses journalières

 10.5020/23590777.rs.v25i1.e14933

Maria do Socorro Roberto de Lucena  

Psicóloga e Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba, tendo desenvolvido tese sobre a relação subjetividade e trabalho de mulheres trabalhadoras domésticas diaristas, com triplíce dimensão de sexo/gênero, raça e classe. Mestra em Psicologia da Saúde pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), cuja dissertação versou acerca do trabalho e saúde mental de psicólogos da atenção básica à saúde via NASF-AB. Trabalhou no Núcleo de Apoio à Saúde da Família, entre 2014 e 2015, nos municípios de Patos e Passagem, ambos localizados no estado da Paraíba. Foi professora substituta na Universidade Federal de Campina Grande (UAPSI/UFCG) de 2017 a 2019. Esteve como professora substituta dos cursos de Psicologia e Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia Prof. Dirson Maciel de Barros (FADIMAB) durante o segundo semestre de 2023. Associada da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social) e Integrante do Grupo de Pesquisa em Subjetividade e Trabalho (GPST/UFPB).

Paulo César Zambroni-de-Souza  

Professor de Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba e pesquisador do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho – GPST/UFPB.

Resumo

O presente estudo objetiva compreender as repercussões de gênero, raça e classe no cotidiano laboral e na mobilização subjetiva das mulheres diaristas. Participaram do estudo 10 trabalhadoras com idades entre 31 e 64 anos, sendo a maioria negras. Os instrumentos utilizados foram questionário sociodemográfico e entrevista não estruturada. O método de análise foi o hermenêutico-dialético. Os referenciais teóricos foram a sociologia da divisão sexual do trabalho, o paradigma afrocêntrico das discussões de gênero e a psicodinâmica do trabalho. As análises (re)afirmam a pertinência da perspectiva interseccional para a inteligibilidade das vivências das trabalhadoras. Sobrecarga laboral, autodefinição, alienação, assédio, discriminação e sindicalismo são alguns dos aspectos evidenciados a partir da escuta das diaristas. Esperamos que este estudo sirva de recurso de fortalecimento para elas e pontuamos a responsabilidade de outros setores da sociedade nessa empreitada.

Palavras-chave: trabalho, subjetividade, mulheres, raça, diaristas.

Abstract

The present study aims to understand the repercussions of gender, race and class in the daily work and subjective mobilization of women day laborers. Ten workers aged between 31 and 64 participated, most of them black. The instruments used were a sociodemographic questionnaire and a non-structured interview. The method of analysis was hermeneutic-dialectic. The theoretical references were the sociology of the sexual division of labor, the Afrocentric paradigm of gender discussions and the psychodynamics of work. The analyzes (re)affirm the relevance of the intersectional perspective for the intelligibility of the workers' experiences. Work overload, self-definition, alienation, harassment, discrimination, unionism are some of the aspects highlighted by listening to the day laborers. We hope that this study serves as a strengthening resource for them and we highlight the responsibility of other sectors of society in this endeavor.

Keywords: work, subjectivity, women, race, diarist.

Resumen

El presente estudio tiene como objetivo comprender las repercusiones del género, la raza y la clase en el trabajo cotidiano y la movilización subjetiva de las mujeres jornaleras. Participaron diez trabajadores de entre 31 y 64 años, la mayoría negros. Los instrumentos utilizados fueron un cuestionario sociodemográfico y una entrevista no estructurada. El método de análisis fue hermenéutico-dialéctico. Los referentes teóricos fueron la sociología de la división sexual del trabajo, el paradigma afrocéntrico de las discusiones de género y la psicodinámica del trabajo. Los análisis (re)afirman la relevancia de la perspectiva interseccional para la inteligibilidad de las experiencias de los trabajadores. Sobrecarga de trabajo, autodefinición, alienación, acoso, discriminación, sindicalismo son algunos de los aspectos resaltados al escuchar a los jornaleros. Esperamos que este estudio sirva como recurso de fortalecimiento para ellos y destacamos la responsabilidad de otros sectores de la sociedad en este empeño.

Palabras clave: trabajo, subjetividad, mujer, carrera, jornaleros.

Résumé

La présente étude vise à comprendre les répercussions du genre, de la race et de la classe sociale dans le travail quotidien et la mobilisation subjective des travailleuses journalières. Dix travailleurs âgés de 31 à 64 ans y ont participé, pour la plupart noirs. Les instruments utilisés étaient un questionnaire sociodémographique et un entretien non structuré. La méthode d'analyse était herméneutique-dialectique. Les références théoriques étaient la sociologie de la division sexuelle du travail, le paradigme afrocentrique des discussions sur le genre et la psychodynamique du travail. Les analyses (ré)affirment la pertinence de la perspective intersectionnelle pour l'intelligibilité des expériences des travailleurs. Surcharge de travail, définition de soi, aliénation, harcèlement, discrimination, syndicalisme sont quelques-uns des aspects mis en avant par l'écoute des journaliers. Nous espérons que cette étude leur servira de ressource de renforcement et nous soulignons la responsabilité des autres secteurs de la société dans cette entreprise.

Mots clés: travail, subjectivité, femmes, course, travailleurs journaliers.

No Brasil, 92% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico remunerado (TDR) são mulheres, 65% delas, mulheres negras (Vilela, 2022, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE], 2022. p. 1), um dos cenários que mais evidenciam o racismo na sociedade brasileira (Gonzalez, 2020a). Ademais, a informalidade persiste no exercício do TDR, como por exemplo a partir da realização dessa atividade em regime de diárias (Monticelli & Tamanini, 2013).

O cotidiano laboral possui muitas camadas e muitos atores e atrizes. Ele é composto por uma parte visível, ou mais facilmente identificada – como por exemplo as estruturas físicas, a definição das atribuições, os dispositivos formais de comando, os horários – e uma parte invisível ou não tão facilmente identificada, inclusive pela(o) trabalhadora(o). Essa dimensão inclui aspectos como as relações intersubjetivas/sociais estabelecidas ou que estão se estabelecendo, a relação com a situação familiar, os acontecimentos inesperados ou subjacentes, e a própria condição físico-psíquica da(o) trabalhadora(o) (Dejours, 2004a, 2012).

Hirata (2002) e Brito et al. (2014) pontuam que o cotidiano laboral de homens e mulheres de diferentes classes e etnias/raças é completamente distinto, pois, além deles/delas terem inserções diferentes no mercado laboral, desempenham trabalhos distintos, têm papéis sociais também distintos, têm o dia a dia perpassado por temporalidades e situações díspares, mesmo em circunstâncias aparentemente semelhantes.

Essa ressalva nos parece ainda mais cara quando tratamos da relação entre a subjetividade e o trabalho (Dejours, 2012), pois se as situações de trabalho – para homens e mulheres não são iguais e eles/elas (re)produzem ou vivenciam as construções materiais e simbólicas impostas pela divisão sexual e racial do trabalho (Hirata, 2002) –, como não incluir na análise as situações que esse sujeito trabalha? Assim, este estudo tem como objetivo compreender as repercussões de gênero, raça e classe, a partir de um viés focado no cotidiano laboral e na mobilização subjetiva de mulheres diaristas.

Método

Participantes

Participaram deste estudo 10 mulheres diaristas, a maioria com mais de 15 anos de experiência na área. As idades variaram entre 31 e 64 anos. Em relação à cor da pele, seis se identificaram como pretas, duas como pardas, uma como amarela e uma como branca. Quanto ao nível de escolaridade, quatro têm ensino médio completo e outras seis não terminaram o ensino médio ou ensino fundamental. Todas são mães, sendo que três têm de três a quatro filhos menores de

18 anos. A maioria ($n=6$) é casada ou está em união estável e mora com companheiro e filhos(as). Em média, as diaristas recebem em torno de R\$120,00 por diária.

Instrumentos

Foram realizadas entrevistas não estruturadas individuais¹ e aplicado um questionário sociodemográfico. Esse tipo de entrevista permite que o(a) entrevistado(a) formule suas respostas mais livremente, pois há apenas temas e uma pergunta disparadora para cada um deles (Laville & Dionne, 1999). O questionário é oportuno para o acesso de informações pessoais, familiares e ocupacionais, tais como: nível de escolaridade, tempo na ocupação, remuneração, entre outras.

Devido ao contexto da pandemia, não foi possível reuni-las para a formação de coletivos *ad hoc*, preconizados na metodologia da PDT. Otróssim, a diversidade e incompatibilidade de dias e horários que as diaristas dispunham para participarem da pesquisa foi um obstáculo para reuni-las em ambiente virtual.

A entrevista continha os seguintes temas: trajetória laboral; processo e condições de trabalho; relações laborais; relação trabalho e família; percepções e condutas. Para além disso, havia uma pergunta disparadora para cada um, como por exemplo: “Você poderia me contar sobre o seu trabalho como diarista?”.

Em consonância com o objetivo de pesquisa, o tipo de entrevista e a compreensão de que o momento de diálogo com o(a) pesquisador(a) também é um espaço de construção, de inteligibilidade e de tomada de consciência sobre a realidade aparente e não aparente de trabalho (Dejours, 2004a), os termos sexo/gênero, raça ou classe não foram mencionados na elaboração dos temas e das perguntas disparadoras, embora estivessem presentes.

Procedimentos de produção de materiais

Após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), foi estabelecido contato com um sindicato de trabalhadoras(es) domésticas(os), que mediou o acesso às mulheres diaristas. Apesar das diaristas não serem formalizadas, neste caso, muitas eram beneficiadas pelos serviços/ações oferecidas pelo sindicato. Mediante interesse em participar demonstrado pelas trabalhadoras e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as entrevistas individuais foram realizadas entre novembro e dezembro de 2021, geralmente, no fim da tarde ou à noite, com duração média de 90 minutos.

Em razão do contexto de pandemia de COVID-19 e às medidas de distanciamento social adotadas no período de realização da pesquisa, as entrevistas ocorreram via ambiente virtual (*Google Meet*) e as demais etapas via telefone (*Whatsapp*).

Procedimentos de análise do material de pesquisa

As respostas do questionário sociodemográfico foram sumarizadas e descritas por meio de análises baseadas em frequência e média. Cada entrevista foi transcrita na íntegra e os nomes fictícios foram retirados da obra *Olhos D'Água*, de Conceição Evaristo (2016), usados para referenciar os relatos. A estratégia metodológica de análise foi a abordagem hermenêutica-dialética (Minayo, 2008).

O conteúdo das entrevistas foi colocado em evidência e o(a) pesquisador(a) buscou a compreensão do material nele mesmo, integrando à essa postura uma perspectiva crítica e interdisciplinar. No método hermenêutico-dialético, considera-se que os discursos revelam mais do que os que os seus enunciadores pretendem expressar. Entende-se que ninguém abarca a totalidade do cotidiano de vida, nem é completamente independente da realidade histórica, de desigualdades, da dominação, da resistência ou da conformidade, pelo contrário, todos(as) são penetrados(as) por ela. Assim, compreender a interpretação baseia-se na práxis, resultando em configurações de sentido ou unidades de sentido (Minayo, 2008).

Destarte, as habilidades do(a) pesquisador(a) são primordiais durante todo o processo de análise, cotejando os referenciais teóricos, os objetivos de pesquisa, as observações, a consciência histórica (Minayo, 2008). Para este estudo, os referenciais teóricos de base foram: a sociologia da divisão sexual do trabalho (Federici, 2019; Hirata, 2002); o paradigma afrocêntrico das discussões de gênero (Davis, 2016; Gonzalez, 2020c; Teixeira, 2021); e a psicodinâmica do trabalho (Dejours, 2004a, 2004b, 2012).

Resultados e Discussão

Modo operatório, trabalhar sob suspeita e a memória da marginalização

Os modos de esquematizar, agir e executar o trabalho das diaristas são bastante diversificados, acompanhando uma característica do seu labor, que é a imprevisibilidade ou variabilidade. A cada residência, elas se deparam com demandas,

¹ Apesar da investigação em Psicodinâmica do Trabalho, um dos referenciais teóricos utilizados neste estudo, privilegiar entrevistas coletivas, as entrevistas individuais são admitidas ou uma alternativa em situações específicas (Dejours & Bègue, 2010).

situações e organizações espaciais diferentes. Salinda disse em tom jocoso: “eu sou corajosa”, numa reflexão sobre sair de casa sem saber o que vai encontrar.

Contudo, existem alguns aspectos em comuns nesses modos adotados pelas trabalhadoras para realizar o trabalho. Um deles é a prática de investigar, através da conversa com as/os contratantes, as necessidades, exigências e recomendações das famílias beneficiadas pelos seus serviços. Embora esse movimento seja um componente da busca por uma boa avaliação do trabalho, como nos disse Maria, de 45 anos: “eu chego em uma casa e pergunto: como é esse seu cômodo?... porque você está fazendo para outros”, também está relacionado a outra questão que nós estamos chamando de trabalhar sob suspeita.

Faz parte do modo operatório, ou dos modos operatórios (Dejours, 2004a), das mulheres diaristas, uma preocupação com as disposições e os lugares dos objetos e pertences das famílias, principalmente os de valor. Por isso, na maioria dos relatos, apareceu o ato de memorizar as organizações iniciais ou encontradas de alguns cômodos ou móveis, bem como a vigilância para manter os pertences sempre à vista, facilitando a localização. A conversa inicial com os(as) contratantes, portanto, também serve para obter informações sobre a existência de objetos de valor na residência, saber das restrições ou exigências em relação a eles. Luamanda, de 31 anos, nos contou:

Eu sempre tento deixar organizado, do jeito que eu encontrei... você tem que deixar de um jeito que eles consigam ver. Tem que ficar na visão de todos eles... uma vez, ela tinha deixado tudo espalhado, eu juntei, eram anéis dela e do esposo e não encontraram... era uma casa que entrava muita gente... mas aí, desconfiaram da diarista... querendo ou não, torna-se um constrangimento. Às vezes, tem pessoas que não têm coragem de ligar e não pedem mais a faxina ou falam mal ao invés de lhe indicar.

As trabalhadoras que expuseram tal questão, trouxeram-na justamente quando falavam sobre o que faz uma diarista ou as situações desagradáveis do trabalho, demonstrando que há constante suspeitas sobre elas, gerando constrangimentos de sua atividade de trabalho ou de seu trabalhar, quer dizer, os gestos, a inteligência, a interpretação, o reagir, o inventar – necessários ou forçados – nas circunstâncias materiais e sociais que se interpelam na realização de uma tarefa (Dejours, 2004b).

O cuidar para “evitar” (as aspás enfatizam a parcialidade do alcance do objetivo) a suspeição ou as acusações – diretas ou indiretas – no trabalho pode ser entendido como um ajuste, uma regra informal estabelecida pelas diaristas em seu saber-fazer (Dejours, 2004a), além de se ancorar na memória da marginalização social de sua ocupação. Zaíta, de 43 anos, expôs: “Às vezes, as pessoas também julgam pela aparência. Por conta de eu morar em uma área de risco... acha que eu vivo misturada na bandidagem...”. Ou, como pensou Duzu-Querença, de 46 anos: “Quando eu saía de bolsa eles ficavam olhando muito pra ela... porque, assim, eu sou diarista, eu sou morena, mas minha mãe me ensinou a não pegar nada de ninguém”.

Como podemos observar, a suspeição, embora seja ingrediente da realidade de trabalho das diaristas, não é algo conversado ou avisado entre elas, pelo menos não entre as entrevistadas. É algo mais subjacente do que evidente ou compartilhado. É algo do vivido.

Por isso escolhemos a memória ao invés de consciência da marginalização. Entendemos memória como o “não saber que conhece”, o lugar de inscrições que restituem uma história subjacente, onde a verdade emerge, embora o discurso da consciência tente excluí-la (Gonzalez, 2020c, p.70). Nesse contexto, trata-se da história de incriminação das trabalhadoras domésticas remuneradas – especialmente das mulheres negras –, marcadas pela convergência entre racismo, sexismo e classismo.

Teixeira (2021) alega que o mito da trabalhadora doméstica ladra, criminosa e suja tem a ver com o processo amplo e estrutural de construção e disseminação das narrativas essencialistas sobre a história da população negra, as quais (re) produzem uma ideia de degenerescência das pessoas negras. Ao se tratar do sujeito feminino negro periférico, a branquitude² patriarcal burguesa projetou ou projeta sobre ele – principalmente quando está no TDR dito o lugar natural de mulher negra – a malícia, a vadiagem, o oportunismo, a pilantragem e a ingratidão (Gonzalez, 2020c; Teixeira, 2021).

Peçanha (2019), por exemplo, cita o papel da imprensa brasileira do século XIX na implantação e disseminação desses estigmas. A mulher negra trabalhadora doméstica remunerada ora era representada pelo apelo sexual em torno de seus corpos e comportamentos, ora por uma suposta periculosidade, enxergada em sua proximidade com a propriedade privada ou com os bens das famílias.

Com base em interpretações ancoradas nas contribuições de Davis (2016) e Gonzalez (2020c), podemos concluir que, para a branquitude, a mulher negra é a mulata, a mãe preta, mas também é a mulher de bandido e a mãe de delinquente.

São essas essencializações racistas e sexistas vivenciadas pelas trabalhadoras domésticas remuneradas – mulheres negras –, que subsidiam as insinuações ou as acusações feitas pelos(as) contratantes sobre a inteireza moral das diaristas. Elas também explicam o fato de os(as) empregadores(as) não se sentirem desconfortáveis diante da injustiça e, mais do que isso, esperarem das diaristas compreensão e até mesmo alívio. Duzu-Querença disse: “Clonaram o cartão da patroa. Fizeram compra e empréstimo... quando ela chegou... ela falou: ‘você acredita que eu sai daqui rezando para não ser sua letra que estava lá’... até então, ela achava que estava com uma ladra”.

² Diz respeito ao poder branco. Um lugar social de conforto e opressão que naturaliza a existência de outro polo oprimido, moldando a forma como o opressor enxerga a si mesmo e aos demais. Refere-se à assunção histórica de privilégios estruturais, objetivos, subjetivos, econômicos e simbólicos em torno de uma diferença – a racial (Teixeira, 2021).

Além do dispêndio psicoafetivo dessas situações para as diaristas, que têm que conviver com essas injustiças, com a falta de remorso dos(as) contratantes, tais essencializações somam-se às várias dificuldades que as trabalhadoras domésticas remuneradas enfrentam na luta por reconhecimento e direitos.

Davis (2016) e Teixeira (2021) ressaltam que o modo como enxergamos as trabalhadoras domésticas, a partir do TDR, respalda a nossa relutância, enquanto sociedade, de validar ou apoiar essas trabalhadoras, quando clamam por direitos, relações mais autônomas de trabalho, respeito. Isso evidencia a funcionalidade da marginalização para fins de exploração capitalista da mão de obra feminina negra (Gonzalez, 2020a).

“Se virando nos trinta”: sobrecarga de trabalho, pressões e naturalização de alguns abusos

Entre as entrevistadas, identificamos uma defesa ou apelo em torno da necessidade de uma melhor definição e imposição de limites e de organização do trabalho que desenvolvem, levando em consideração as situações concretas e a forma de exercício de sua atividade. As tarefas e serviços realizados por elas em uma diária são muito variados, vão desde limpeza dos ambientes, dos móveis, de eletrodomésticos, de janelas, ao preparo de refeições, lavagem de roupas, cuidado de animais e plantas, entre outros.

Segundo as diaristas, existe uma discrepância significativa entre a quantidade, o volume de trabalho e o tempo para dar conta disso – elementos que são apontados como uma das grandes diferenças entre o trabalho de diarista e de empregadas domésticas –, o que torna a jornada laboral bastante cansativa. Sobre isso, Esmeraldina, de 44 anos, relatou: “Como diaristas, você trabalha um dia pegando serviço de mais ou menos uma semana ou mês... quando você é a trabalhadora que está no decorrer da semana, você divide as tarefas”.

As diaristas consideram que essa realidade conforma-se na inadequada coexistência de demandas em um único dia de trabalho; algumas, inclusive, vistas por elas como abusos ou excessos por parte das(os) contratantes. Por exemplo, as entrevistadas se mostraram contrárias ao fato da diarista ter que realizar a limpeza, o preparo de refeições, lavar ou passar roupas em uma diária ou pelo preço de uma. Zaíta disse: “Eles diziam que estavam me pagando, mas aí eu disse que eles estavam pagando para fazer a faxina, as roupas são outra coisa”.

Ademais, consideram solicitações como limpar o interior de móveis ou de eletrodomésticos (guarda-roupas, geladeira), servir as/os contratantes (servir refeição ou copo de água), cuidar de plantas e recolher os dejetos de animais ou higienizar seus locais de permanência, como sendo excessos, abusos que colaboram para aumentar o tempo de estância no local de trabalho. Como fica claro no relato a seguir:

Têm coisas que não é para você fazer, que dá para eles fazerem, mas eles não querem fazer. Eles jogam para você... às vezes coloca para cuidar de cocô de cachorro (risos). Eu tinha uma diária e a mulher tinha dois cachorros grandes, ela queria que eu deixasse a casa dos cachorros limpa. Eu deixava para o final da tarde, porque eu morria de medo. (Maria, 45 anos)

Essa queixa ou movimentação das diaristas para impor e levantar fronteiras ou definições sobre o que lhes competem em um dia de trabalho está fundamentada em um autorreconhecimento ou na busca por reconhecimento, haja vista os ínfimos valores pagos por uma grande quantidade de trabalho, o caráter humilhante, torturante ou ariscado de serviços. Sobre isso, Maria relatou sobre as posturas ou solicitações das(os) contratantes, bem como nas implicações da coexistência de demandas sobre o ritmo de trabalho.

Em geral, o ritmo de trabalho das diaristas é bastante intenso, frenético. Tal aspecto está refletido na relação delas com a alimentação e no desgaste de seus corpos. Cida, de 64 anos, disse: “vai comer nas carreiras, em pé, engolindo, porque o trabalho está ali na tua presença, muita coisa... deu cinco, seis horas da tarde, é que você ver que tem terminado. Aí, exaustão total. Cansaço!”. Dores nas articulações são problemas de saúde frequentes entre as entrevistadas, inclusive algumas fazem uso de analgésicos durante ou após o trabalho.

Também atentamos para os problemas gastrointestinais, apesar de não terem sido enfatizados pelas trabalhadoras, somente por Ana Davenga: “também tenho problema no estômago, eu sinto muita dor”. Eles podem aparecer ou serem intensificados mediante a má qualidade da relação com a alimentação imposta pelo ritmo frenético de trabalho ou pelos longos períodos sem a ingestão de alimentos, pois elas fazem pouquíssimas refeições – em média o café da manhã e/ou almoço e, em algumas diárias, apenas quando levam de casa.

Embora exista esse apelo ou defesa das diaristas para (re)definir ou enquadrar o seu trabalho – em termos de tarefas, regime de trabalho ou em relação às tarefas e remuneração –, elas têm que tentar negociar tal visão ou desejo com as famílias em um jogo de forças extremamente desigual. Assim, até as mais assertivas em seus discursos sobre a questão admitiram que, na prática, não têm muito êxito nesse quesito. Maria disse: “aí o pessoal diz que quer que cozinhe, quer que você faça isso e isso... tem diarista que não quer fazer e não faz, mas às vezes você precisa do serviço e aí você tem que fazer”.

Teixeira (2021) pontua que o regime de trabalho doméstico por diárias ofereceu pouca ou nenhuma salvaguarda contra algumas situações e, para as trabalhadoras, não significou relações de trabalho mais autônomas ou de menor subordinação.

Nas situações em que as diaristas conseguem negar a lógica da servidão que lhes é imposta, isso já é suficiente para causar estranhamento e respostas por parte das(os) contratantes. Isso acontece por não ter tido mudanças significativas em termos de uma (des)construção social sobre a atividade de trabalho dessa personagem ou do TDR em sim.

Independente da forma de exercício do TDR, as famílias – em sua maioria da classe média ou alta – enxergam na trabalhadora doméstica remunerada, ou esperam encontrar nela, uma “faz de tudo” (Natalina, 53 anos). Espera-se que alguém – sobretudo a trabalhadora doméstica negra – esteja sempre disponível, atenda a variadas necessidades e, por vezes, a caprichos e vontades, como se fosse uma extensão das famílias (Teixeria, 2021). Contudo, como sugere Davis (2016), não no sentido de “fazer parte”, mas de pertencer como propriedade, como ferramenta. Ao mesmo tempo, minimizam a magnitude do que essas trabalhadoras fazem (Teixeira, 2021).

Como doméstica remunerada, a mulher trabalhadora negra é tratada como um “burro de carga” (Gonzalez, 2020c, p.73), um corpo forte e produtivo, que está destinado e supostamente aguenta uma quantidade matematicamente elevada de trabalho (Gonzalez, 2020a).

Tal conjuntura está posta na problemática circunscrição brasileira do emprego doméstico, historicamente realizado por mulheres negras. Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o emprego doméstico refere-se a uma gama de cargos ou funções (empregada doméstica – diarista – arrumadeira – faxineira) tidos como sinônimos e agrupados por uma descrição sumária. Tal descrição reúne variadas tarefas no âmbito doméstico, inclusive o de cuidar de peças do vestuário, de plantas e animais domésticos, em um tempo integral, parcial ou por jornada diária (Ministério do Trabalho, 2002).

Davis (2016), Gonzalez (2020b) e Teixeira (2021) apontam, a partir de uma divisão sexual e racial do trabalho, que reserva-se às mulheres negras um enorme espaço para o labor em suas vidas – através de ocupações precárias, penosas, insalubres e invisibilizadas. São trabalhos propícios para relações laborais sob rigores desumanizantes, perpassadas por marcas históricas da participação da mulher negra nas sociedades.

Ainda sobre a sobrecarga de trabalho das diaristas ou sua vinculação com a discussão em torno do que é cabível a essa ocupação, nos chamou atenção que, a depender dos acontecimentos cotidianos, determinadas tarefas – como providenciar a alimentação das(os) filhos(as) das(os) contratantes, ser companhia para idosos(as), amaparar e cuidar de adulto alcoolizado – perpassam o dia a dia como diaristas. Maria contou: “a gente joga dominó... a idosa só quer que eu saia às 17:00 horas... dar umas cinco e pouco, eu digo que eu vou embora... aí eles dizem: não vai não, fique aqui”.

São tarefas que, embora tenham implicação sobre a quantidade e o volume de trabalho das diaristas e, conseqüentemente, sobre o tempo de permanência na residência, não foram classificadas por elas como excessos ou abusos.

Não obstante, entendemos que essas situações também sejam decorrentes do modo como a sociedade enxerga e trata as trabalhadoras domésticas, associando serviço e servidão, aspectos engendrados nas hierarquias de gênero, raça e classe (Teixeira, 2021). Pontuamos a pertinência de refletir acerca da assimilação ou introjeção dessas diferenciações, produtoras de desigualdades pelas próprias diaristas.

Para tanto, ressaltamos ou refletimos sobre as marcas ou implicações de dois produtos ideológicos ou enquadramentos sociais: a “dona de casa” (Davis, 2016, p. 230) e a “mãe preta” (Gonzalez, 2020c, p.78), na forma como as trabalhadoras reagiram e pensaram nas/sobre as situações supracitadas. Em relação à dona de casa, Federici (2019) pontua que, apesar de nunca ter sido uma realidade para a maioria das mulheres, as mulheres negras, por exemplo, têm suas trajetórias de vida atravessadas por trabalho duro e precário fora e dentro de casa. Trata-se de um enquadramento que recai sobre todas elas, enquanto modelo de feminilidade e organização familiar dominante. Toda mulher está condicionada, mesmo que inconscientemente, à realização das tarefas domésticas: cuidar, ser empática, abrir mão, amar incondicionalmente, servir e sentir prazer nisso. Diante desse processo de socialização, elas tendem a pensar e agir de acordo com essa identidade social, que lhes foi atribuída, nos mais diferentes espaços – principalmente no privado, onde tais atributos supostamente encontram muito sentido e naturalidade.

Ademais, a convergência entre racismo e sexismo traz para as mulheres negras o ideal da mãe preta, uma figura respaldada na ama negra³ dos tempos de escravidão, de quem se atribui e espera docilidade, dedicação e amabilidade para com as famílias. A ela é dada uma colher de chá (Gonzalez, 2020c). Conforme Teixeira (2021), esse ideário costuma fazer parte das vivências das mulheres trabalhadoras domésticas negras, seja através da reafirmação dessa narrativa-expectativa ou através do rompimento com ela.

Tanto a dona de casa quanto a mãe preta são enquadramentos sociais com poder de dissimulação e produção de recompensas para quando essas expectativas são correspondidas (Federici, 2019; Gonzalez, 2020c). Por isso, é compreensível e denunciante as entrevistadas naturalizarem as circunstâncias relatadas e até encontrarem nelas um meio para se sentirem valorizadas pelas famílias. Sobre o tempo passado com os idosos, Maria falou: “uma das filhas chegou e me pegou jogando dominó com eles, e me agradeceu... foi uma valorização”.

³ Mulher negra escravizada, que desempenhava, sobretudo, trabalho no interior da casa-grande, particularmente o cuidado de bebês e crianças das famílias escravocratas. Ela amamentava, asseava, colocava para dormir, ensinava a falar e acordava durante a noite para alimentar os infantes (Gonzalez, 2020c; Teixeira, 2021).

Guimarães (2019) atenta para a funcionalidade dessas formas de trabalho doméstico que não receberam o caráter de trabalho (como o de dona de casa ou o trabalho maternal), assim como para a ocultação de parte das atividades realizadas nos trabalhos domésticos não reconhecidos como profissão/ocupação e, conseqüentemente, sem remuneração por elas.

Experimentação pelas diaristas da violência e assédio sexual no trabalho

Na América Latina e Caribe, o TDR está entre as modalidades de trabalho mais suscetíveis à violência e ao assédio sexual (Themis: Gênero, Justiça e Direitos Humanos, 2022). Essa conjuntura, que não pode ser mais ocultada, foi forjada pela violência colonial escravagista contra os corpos femininos negros e indígenas. Para as mulheres negras escravizadas, a violência sexual fez parte do que seria seu trabalho, dos castigos aplicados e de suas noites, principalmente para aquelas que prestavam serviços no interior da casa-grande (Davis, 2016; Gonzalez, 2020c).

Na sociedade do trabalho dito livre, esse passado permanece vívido, no entanto agora dissimulado pela dialética entre a hipersexualização dos corpos das trabalhadoras domésticas, a ambiguidade da prestação de serviço construída pela racionalidade colonial. Segundo Gonzalez (2020c), subjacente à porta de serviço, está atribuída a prestação de serviço sexual, as pragmáticas machistas sobre o comportamento masculino e a precariedade da condições materiais dessas trabalhadoras (Teixeira, 2021).

Algumas das diaristas entrevistadas relataram terem vivenciado o assédio sexual ou evidenciaram a questão, no sentido de ser uma ameaça no cotidiano laboral. Para ilustrar, temos a fala de Zaíta, de 43 anos:

Eu sei mais porque o dono, o patrão estava me assediando... até teve uma filmagem dentro do elevador, onde flagra ele tentando me agarrar. A síndica veio conversar comigo, ela me aconselhou a fazer um B.O. e ofereceu a filmagem, ... eu não quis denunciá-lo... em respeito à esposa dele... Eu fico sem entender, porque eu nunca dei motivos. Eu nunca andei nua, nunca sai mostrando nada, então, por quê? Eu chorei, eu passei uma semana sem dormir direito... eu me senti como se estivessem arrancando um pedaço de mim.

Seu relato mostra que, além da violência a que foi submetida, Zaíta também carregou consigo a dúvida a respeito de sua própria conduta. Produziu-se, assim, uma espiral de sofrimento tão intensa que a aflingiu a ponto de ela nem conseguia dormir. Ademais, tanto Zaíta quanto as demais diaristas, que evidenciaram esse problema, tiveram esse pensamento a partir da associação entre o ser mulher e os aspectos do trabalho remunerado. Duzu-Querença ressaltou: “Têm muitos homens que acham que porque você tá trabalhando ali, a gente tem que se assujeitar... a gente, mulher, passa por muitas humilhações com esses homens”.

Contudo, essa associação não estava acompanhada de uma reflexão crítica sobre os episódios ou sobre essa ameaça – violência comum para elas. As trabalhadoras citaram como causas ou motivos para o assédio sexual, sofrido ou iminente, uma suposta natureza sexual masculina⁴ ou o mau-caratismo dos contratantes, bem como a relação desses aspectos com suas próprias atitudes. Conforme as entrevistadas, a forma de se vestir e de se portar são fatores para a ocorrência do assédio sexual, o que as fazem se sentir culpadas ou responsabilizadas pelo assédio, como podemos notar no relato acima.

É difícil para elas se reconhecerem como vítimas, quando nasceram, cresceram e vivem em uma sociedade que naturaliza a violência contra os corpos femininos, especialmente contra os corpos femininos negros (Carneiro, 2003).

Teixeira (2021) resalta que a objetificação sexual das domésticas tem bastante relação com as noções de promiscuidade, libidinagem, infidelidade ou de uma suposta sedução dos detalhes anatômicos de seus corpos, ou seja, que são sexualmente disponíveis. Trata-se de violências simbólicas forjadas nas sobreposições de gênero, raça e classe. Tais construções ideológicas contribuem para a presença da autoculpabilização entre as mulheres trabalhadoras domésticas remuneradas que foram assediadas sexualmente, assim como para a relativização da responsabilidade do autor da agressão.

Teixeira (2021) ainda resalta o peso do não entendimento das violências sofridas enquanto expressões das assimetrias de poder, de desigualdades para esse movimento de individualização do enfrentamento de tais vivências.

A individualização das formas de enfrentamento – por causa da ameaça ou da ocorrência do assédio sexual no trabalho – é um dos aspectos da realidade das entrevistadas, além do abandono do trabalho, caminho mais frequente (Teixeira, 2021), do “jogo de cintura” para se esquivar ou barrar as investidas dos assediadores, como conta Zaíta: “às vezes, eu tinha que colocar baldes... para ele não passar”. As diaristas adotam certas precauções, assim entendidas por elas, como conversarem o mínimo com os contratantes, não ficarem sozinhas com eles, vestirem-se de forma adequada, ou seja, evitar roupas curtas, que marquem o corpo ou que tenham decotes. Nas palavras de Maria: “me colocar no meu lugar”.

De certo que esse cenário ilustra bem o que Lerner (2019) e Gonzalez (2020a) expõem sobre a sobrevivência dos sistemas supremacistas. O racismo e o patriarcado dependem da cooperação das(os) subordinadas(os), quer dizer, da

⁴ Em sociedades patriarcais, sexistas como a nossa, o desejo e o comportamento sexual dos homens são tomados como instintos, algo incontível, assim as excitações sexuais e, por conseguinte, as formas de saciá-las são justificadas e ditas compreensíveis em razão dessa suposta natureza (Lerner, 2019).

internalização da ideologia dominante, da inferioridade e precariedade impostas, por intermédio da doutrinação, da privação de educação, da coerção ou das recompensas – quando se conformam ou agem de acordo –, da discriminação no acesso a recursos econômicos e de proteção social.

Assim, também salientamos a implicação da condição de trabalhadoras informais. A instabilidade de oferta de trabalho, as baixíssimas remunerações e a ausência de direitos trabalhistas como outros percalços para ações mais efetivas diante do assédio sexual.

Ademais, chegar até a denúncia formal muitas vezes exige dessas mulheres trabalhadoras superar ou enfrentar mais dificuldades, como as solicitações por provas, os expedientes racistas e sexistas, o clientelismo das instituições, a falta de apoio social ou comunitário. Segundo relatório da Themis: Gênero, Justiça e Direitos Humanos (2022), a influência social dos patrões ou contratantes, o isolamento característico do contexto laboral e a falta de empatia da família do assediador são alguns dos fatores de desempoderamento das mulheres trabalhadoras domésticas, em casos de denúncia de assédio sexual.

Esse quadro evidencia que o assédio sexual no TDR é um dos componentes da precariedade emocional e psíquica de seu exercício e da noção de insegurança trabalhista ou no trabalho a qual as diaristas e demais trabalhadoras domésticas remuneradas estão suscetíveis. Uma vivência extremamente traumática, tanto por conta do teor de violação – inerente a tal agressão – quanto pelos processos de culpabilização das vítimas decorrentes – que suscitam sentimentos de vergonha e culpa nas trabalhadoras.

Outrossim, questionamos a ausência ou insuficiente contemplação das relações de poder, da divisão racial e sexual do trabalho na compreensão e disposição de risco ocupacional, que, predominantemente, assumem um caráter técnico, mecânico e bioquímico. Tal situação dificulta a construção de normas reguladoras e políticas públicas que abarquem as especificidades dos riscos dos trabalhos realizados por mulheres, bem como ofereçam respostas em termos de prevenção e reparação por eles (Brito, 2000; Hirata, 2002). Questiona-se, então: Não seria o assédio sexual um acidente de trabalho? Desse modo, não deveria ser reconhecido como tal para efeitos jurídicos e previdenciários?

Mobilização coletiva e sindicalismo: Manifestações e dificuldades na trajetória da mulher diarista

Apesar das trabalhadoras diaristas não terem formalmente representação sindical, todas as entrevistadas mantinham contato com o sindicato e eram beneficiadas por muitas de suas ações. A maioria compunha o público-alvo das oficinas, das palestras, das panfletagens, dos repasses de doações ou o quantitativo daquelas que se beneficiavam de informações e apoio no local. Algumas também auxiliavam em atividades de organização e operacionalização das ações junto com as dirigentes.

Em suma, o contato com o espaço sindical foi elencado pelas diaristas como uma referência de acolhimento, de aprendizado, de provisão e de proteção diante das mais diferentes situações de trabalho: perda das diárias, conflitos com os(as) contratantes, dúvidas sobre sua condição e legislação do TDR, entre outros. Para além disso o sindicato também foi citado como um elo entre elas, as políticas públicas e programas ou projetos sociais, que compartilham informações e orientações. Nesse sentido, como ressalta Luamanda:

Lá não é só um sindicato, é uma família para apoiar... eu posso está passando por uma necessidade e dizer que estou passando por isso e aquilo. Aí, ela diz que vai falar com as outras, em tudo que pode vai apoiar. Avisa sobre doações, sobre as inscrições para receber doações. Eu acho isso muito importante, você precisa de algo, de uma palavra amiga, elas estão ali para ajudar.

Essa experiência de apoio mútuo, de valorização do trabalho ou delas próprias como pessoas, possibilitada por esse contato com o sindicato, vai além do atendimento das necessidades urgentes, seja materiais ou de orientação. Assim, foi possível notar que o sindicato funciona como uma espécie de escudo que se ergue contra efeitos negativos na subjetividade, na autoestima, do desamparo, da solidão de ser uma mulher – em geral negra –, trabalhadora informal, de estar invisibilizada/excluída das ações e políticas de Estado, do tratamento recebido das famílias para quem trabalha e de uma sociedade – discriminando as pessoas pela cor, sexo/gênero ou trabalho que desenvolvem. Como disse Cida: “É um convívio que massacra muito”.

Bernardino-Costa (2015), Davis (2016) e Teixeira (2021) argumentam que o contato com o sindicato constitui um divisor de águas na trajetória laboral das trabalhadoras domésticas, rompendo com o isolamento intramuro vivenciado pelas trabalhadoras e agindo como um espaço onde pensa-se ou luta-se em prol de melhorias para a categoria ocupacional. Ademais, dependendo das dinâmicas sindicais, permite que elas se aproximem de sua historicidade enquanto mulher trabalhadora doméstica, pertencente a uma minoria étnica/racial, ou seja, de sua identidade social interseccionada, fundamental para a mobilização em torno de pautas e projetos que visem atingir ou superar as desigualdades que lhes são impostas.

Mas, como toda ação coletiva, o sindicalismo acontece mediante o apoio e a participação ativa das trabalhadoras e trabalhadores que compõem o gênero profissional e ocupacional. Como consta na literatura (Bernardino-Costa, 2015; Teixeira, 2021) e, enquanto assunto ou descontentamento expresso pelas diaristas, sobretudo pelas que estavam mais engajadas com a luta sindical, a participação das mulheres trabalhadoras domésticas remuneradas ou sua manutenção junto as associações/sindicatos ainda constitui um desafio. Zaíta disse: “De dez trabalhadoras que nós convidamos para explicar os direitos... como elas têm que fazer para fortalecer a categoria... apenas duas comparecem”.

Baseados nisso e na noção de trabalho coletivo de Dejours (2012), na qual a cooperação entre trabalhadores(as) – voltada para melhorar suas condições laborais ou a economia físico-psíquica – não pode ser imposta, mas apenas favorecida ou preservada. Isso se constitui nas práticas de convivência e nos espaços de confiança. Destacamos, então, alguns pontos, na experiência pessoal das diaristas, que merecem atenção quando se busca a convivência no trabalho, essencial para a luta sindical e coletiva.

As baixíssimas remunerações e a dupla ou tripla jornada, inclusive em dias não úteis, suscitam limitações, como de deslocamento e/ou de disponibilidade de tempo para prestigiar e participar das atividades sindicais. Ana Davenga disse: “é 100 reais que eu ganho, mas é 100 reais para tanta coisa” ou como Luamanda externou: “só que eu não pude ir porque minha menina tinha quebrado o braço”.

Quando se fala de participação feminina nos espaços de organização sindical ou de luta política, Hirata (2002) destaca que a defasagem salarial ou de remuneração e a dupla ou tripla jornada de trabalho são artimanhas para enviar ou manter as mulheres trabalhadoras na esfera privada, no âmbito do individual, inibindo, assim, as práticas coletivas e as ações reivindicatórias, que, como disse Federici (2019), têm um potencial enorme, sobretudo quando provêm da classe trabalhadora feminina negra (Davis, 2016). É a partir disso que encontraremos a imposição das menores remunerações, de uma maior captura do tempo e do atomismo (Davis, 2016; Gonzalez, 2020c), características marcantes do dia a dia da mulher trabalhadora diarista.

Paralelamente a isso, evidenciamos algumas ideias falaciosas que permeiam a visão de trabalho ou do mundo das entrevistadas. A primeira diz respeito à uma suposta possibilidade de negociação entre diarista e contratante, ou seja, que, nessa vivência, a trabalhadora poderia impor suas condições, fazer exigências, como se fosse uma relação equiparada. Segue a fala de Cida: “trabalhar sua autovalorização como profissional e não permitir que o povo que tenha dinheiro comande... Eu fico feliz quando eu vejo algumas que não se permitem”.

De fato, e, como salientado por Hooks (2010), (re)afirmar o próprio valor, acolher as necessidades emocionais, enxergar-se como merecedora de ser respeitada ou de gozar de prazer e felicidade é fundamental para o processo de resistência contra as opressões destinadas às mulheres negras. Contudo, a autora explica que a afirmação, o autorreconhecimento, do qual fala, andam lado a lado com a vontade e ação coletiva de garantir mudanças na sociedade, possibilitando viver plenamente. A ideia de protagonismo, de afirmação ou “amor interior” de Hooks (2010, p. 9) afasta-se de uma perspectiva solipsista, que desconsidera as relações de poder ou as condições necessárias para suscitar ou garantir tal intenção ou prática.

Essa ressalva é extremamente pertinente em virtude da propagação no neoliberalismo-patriarcal-racista de narrativas que esvaziam o caráter sócio-histórico e coletivo de empoderamento e protagonismo. Como lembra Arruzza et al. (2019), em tal cenário energias rebeldes têm sido apropriadas para beneficiar a manutenção do *status quo*.

Outra ideia expressa pelas entrevistadas que merece atenção é a de que haveria uma escolha pela informalidade ou por manter-se na informalidade entre elas. Ao avaliar a conjuntura de diarização do TDR, Esmeraldina disse: “A diarista hoje em dia, a maioria não quer assinar a carteira... ela pode pagar o INSS⁵ particular... essa é inteligente por fazer isso e a outra que não paga está ferrada”. É oportuno pontuar que, se a remuneração que recebem por diária já é tão baixa, ainda ter que custear sua própria segurança previdenciária torna-se, muitas vezes, impossível de ser feita. Entre as entrevistadas é diminuto o número que pagavam previdência, tendo o baixíssimo poder aquisitivo de suas famílias identificado como o principal fator.

Outrossim, identificamos, nas trajetórias das diaristas, muitas nuances sobre essa suposta escolha por manter-se na informalidade. A realização do TDR por meio de diárias, por vezes, possibilita às diaristas atenderem à necessidade de horários flexíveis e parciais para se dedicarem ao trabalho doméstico não remunerado – aspecto que está diretamente relacionado à condição de mulher trabalhadora. Em outros casos, existe o medo da perda do trabalho, caso tenham a carteira assinada, haja vista que algumas expuseram que é prática comum dos(as) contratantes assinarem a carteira e depois de um pequeno período realizarem a demissão. Maíta contou: “Ela assinou e com dois meses me mandou embora”.

O individualismo e a despolitização das noções de negociação, empoderamento e informalidade observados entre as diaristas são preocupantes, pois favorecem a responsabilização individual da trabalhadora por suas circunstâncias de vulnerabilidade, tanto entre elas mesmas quanto em relação às demais domésticas. Além disso, dificultam a identificação de ameaças ou impasses comuns, como a participação ativa delas nas práticas coletivas e/ou sindicais, podendo ocasionar animosidade.

Cabe ressaltar também que as entrevistadas, quando pensam sobre a relevância do seu trabalho, acabam limitando-a ao âmbito pessoal. Elas falam do sustento, da independência quanto aos companheiros e familiares, e sobre as relações com as famílias para quem trabalham. Salinda disse: “Para eles terem um ambiente organizado, porque eles não conseguem fazer, eles não dão conta”.

Tais pontuações compõem o escopo da relevância que o trabalho da diarista tem para ela ou para os(as) outros(as), contudo, pontuamos que os trabalhos domésticos, remunerados ou não, são essenciais, fulcrais para o estabelecimento e manutenção dos modos de trabalho e de vida nas sociedades capitalistas (Hirata, 2002). Estender ou ampliar a consciência da relevância desse tipo de atividade – em termos de reprodução social – tem especial potencial de reivindicação (Davis, 2016; Hirata, 2002). A delegação do trabalho doméstico, nesse caso em forma de diárias, possibilita aos(as) contratantes,

5 Instituto Nacional do Seguro Social.

de vários estratos da classe trabalhadora, a qualificação formal, o trabalho remoto, a participação em eventos corporativos, espaços políticos ou práticas culturais etc.

O viver junto no/pelo trabalho também ocorre fora dos espaços formais de luta coletiva e sindical, podendo fornecer ou originar muitas lições e caminhos para organização política formal, digamos assim. As diaristas relataram, ainda, práticas de coleguismo e solidariedade entre elas, em decorrência do contato por dividirem a mesma localidade de moradia ou o trajeto entre casa e trabalho. Elas se ajudam na busca por trabalho, na provisão de apoio emocional em momentos críticos e na criação de situações de descontração e reconhecimento. Ana Davenga expressou: “Contei para uma amiga diarista... ela disse: você precisa aguentar... se eu arrumar outra diária eu passo pra ti”. Desse modo, pensamos que a experiência em pequenos grupos, atravessada pela proximidade territorial ou pelo compartilhamento de transporte público, são fatores a se considerar.

Considerações finais

As mulheres diaristas têm seu cotidiano laboral perpassado por preocupações, tarefas, ritmos e ameaças/riscos engendrados nas insígnias, relações e condições materiais. Tal situação é decorrente da matriz de opressão de gênero, raça e classe, bem como por movimentos individuais e coletivos, que inscrevem resistência e ressignificação ante a essa realidade.

A marca da marginalização forjada nas hierarquizações e desigualdades que lhes atravessam grava, na variedade de seus modos operacionais, um traço em comum: o cuidar para evitar a suspeição que, portanto, compõe o trabalhar das diaristas e os contragimentos de sua atividade. A vergonha, o cansaço e a perda da ocupação são algumas das consequências psicoafetivas e materiais que essas trabalhadoras enfrentam, por terem sua idoneidade colocada à prova no trabalho.

A sobrecarga e o ritmo frenético de trabalho das diaristas abrem a discussão acerca do que lhes compete, do que é humanamente adequado, seguro e justo de ser realizado em uma diária. Um debate desejado por elas e que passa também pelo enfrentamento da racionalidade racista e sexista de enxergar ou tratar a trabalhadora doméstica remunerada, inclusive refletida em documentos nacionais de classificação e descrição dos trabalhos domésticos remunerados.

A subalimentação e os problemas osteomusculares presentes na realidade laboral das diaristas devem ser considerados nessa discussão como reflexos ou agravantes dos efeitos na saúde das trabalhadoras, decorrentes dessa forma de exercício do TDR, principalmente diante da faixa etária delas.

O assédio sexual no trabalho foi evidenciado como vivência ou preocupação pelas participantes. É especialmente inquietante – ante um problema inadmissível e provocador de tantos danos para a integridade física, psíquica e sexual da trabalhadora – assistirmos ao caráter individual, reducionista e paliativo das (re)ações das diaristas frente a ameaças e ocorrência do assédio. Essa tendência deve ser problematizada a partir da pouca margem de manobra dessas mulheres, configurada na precariedade de trabalho e social imposta pelas imbricações de gênero, raça e classe. Inclusive, sinalizamos aqui o peso que a introjeção, a reprodução dessas diferenciações e hierarquizações têm sobre as perspectivas e condutas das trabalhadoras diante do assédio e de outras situações do cotidiano laboral.

Ademais, pontuamos o contato das entrevistadas com a luta coletiva e sindical como exemplo do potencial de ação delas, bem como enquanto recurso material e intersubjetivo de fortalecimento das mesmas. Também, acreditamos que esse contato pode possibilitar lições em termos de ação política para as diaristas, que, na atualidade, representam parcela significativa das trabalhadoras domésticas remuneradas. Por isso, e a partir das experiências pessoais das participantes, pensamos criticamente e listamos algumas dificuldades, desafios que interferem na possibilidade de estreitamento da relação entre diaristas e sindicalismo.

Ademais, destacamos os vínculos de companheirismo e solidariedade, identificados entre as diaristas, que ocorrem fora do espaço sindical, como possíveis de fornecerem caminhos à ação política organizada.

Esperamos que as análises e inquietações presentes neste trabalho também sirvam de recurso para as diaristas, no tocante ao favorecimento da reflexão crítica sobre sua condição de mulher trabalhadora. Reconhecemos, com esse estudo, o potencial do processo de pesquisa ou do espaço de diálogo criado por ela, para facilitar ajustamentos, (re)concepções e elaborações sobre o trabalho ou sobre a relação que as participantes têm com ele. Para além disso, o estudo passa a ser um registro/documento possível de ser usado para embasar a construção de uma agenda política própria e compartilhada. Compreende-se, então, que o discurso científico tem especial força para inscrever ou respaldar pautas e movimentos no meio social.

Outrossim, evidenciamos o chamado à academia para pensar e operacionalizar saídas e intervenções para os assuntos, problemas e necessidades relatados ou identificados na trajetória laboral das diaristas. Em particular, ressaltamos os atravessamentos de sexo, gênero, raça e classe nos processos de subjetivação das trabalhadoras.

Quanto às limitações deste estudo, destacamos que as análises estão circunscritas à realidade local e a um pequeno número de trabalhadoras diaristas. Realçamos também a impossibilidade da realização desta investigação a partir do coletivo de diaristas.

Referências

Arruzza, C., Bahattacharya, T., & Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%: Um manifesto*. Boitempo.

- Bernardino-Costa, J. (2015). Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: A organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, 30(1), 147-163. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100009>
- Brito, J. C. (2000). Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. *Cadernos de Saúde Pública*, 16(1), 195-204. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2000000100020>
- Brito, J. C., Bercot, R., Horellou-Lafarge, C., Neves, M. Y., Oliveira, S., & Rotenberg, L. (2014). Saúde, gênero e reconhecimento no trabalho das professoras: Convergências e diferenças no Brasil e na França. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 24(2), 589-605. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312014000200014>
- Carneiro, S. (2003). *Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Takano.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.
- Dejours, C. (2004a). Addendum: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: S. Lancman, & L. L. Sznelwar (Eds.), *Cristopher Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Fiocruz.
- Dejours, C. (2004b). Subjetividade, trabalho, ação. *Revista Produção*, 14(3), 27-34. <https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004>
- Dejours, C. (2012). *Trabalho vivo: Trabalho e emancipação*. Paralelo 15.
- Dejours, C., & Bègue, F. (2010). *Suicídio e trabalho: O que fazer?* Paralelo 15.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE]. (2022). *Trabalho Doméstico no Brasil*. <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>
- Evaristo, C. (2016). *Olhos D'Água*. Pallas.
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Editora Elefante.
- Guimarães, N. A. (2019, 24 a 27 de maio). *Os circuitos do cuidado: Reflexões a partir do caso brasileiro*. [Apresentação de trabalho]. Congress of the Latin American Studies Association, Boston, Estados Unidos. <https://www.studocu.com/es-ar/document/universidad-de-buenos-aires/sociologia/nadya-guimaraes-circuitos-do-cuidado-pdf/13154353>
- Gonzalez, L. (2020a). Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: F. Rios, & M. Lima (Eds.), *Por um feminismo afro latino americano: Ensaios, intervenções e diálogos* (pp. 20-57). Zahar.
- Gonzalez, L. (2020b). Por um feminismo afro-latino-americano. In: F. Rios, & M. Lima (Eds.), *Por um feminismo afro latino americano: Ensaios, intervenções e diálogos* (pp. 43-57). Zahar.
- Gonzalez, L. (2020c). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: F. Rios, & M. Lima (Eds.), *Por um feminismo afro latino americano: Ensaios, intervenções e diálogos* (pp. 43-57). Zahar.
- Hirata, H. (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. Boitempo.
- Hooks, B. (2010). *Vivendo de amor*. <https://www.olibat.com.br/documentos/Vivendo%20de%20Amor%20Bell%20Hooks.pdf>
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Editora UFMG.
- Lerner, G. (2019). *A criação do patriarcado: A história da opressão das mulheres pelos homens*. Cultrix.
- Ministério do Trabalho. (2002). *Classificação Brasileira de Ocupações*. <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf>

- Minayo, M. C. S. (2008). Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social. In: M. C. S. Minayo, & S. F. Deslandes (Eds.), *Caminhos do pensamento: Epistemologia e método* (pp. 81-106). Fiocruz.
- Monticelli, T. A., & Tamanini, M. (2013). O trabalho das diaristas: Novas considerações no trabalho doméstico. *Revista Eletrônica*, 2(17), 68-81. https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/96999/2013_monticelli_thays_trabalho_diaristas.pdf?sequence=1
- Peçanha, N. B. (2019). Que liberdade? Uma análise da criminalização das servidoras domésticas cariocas (1880-1930). *Estudos Históricos*, 32(66), 287-306. <https://doi.org/10.1590/S2178-14942019000100014>
- Teixeira, J. (2021). *Trabalho doméstico*. Jandaíra.
- Themis Gênero, Justiça e Direitos Humanos. (2022). *Assédio sexual e as trabalhadoras domésticas na América Latina e Caribe*. <https://themis.org.br/publicacoes/>
- Vilela, P. R. (27 de Abril de 2022). Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais#:~:text=Mulheres%20negras%20s%C3%A3o%2065%25%20das%20trabalhadoras%20dom%C3%A9sticas%20no%20pa%C3%ADs,-Maioria%20recebe%20menos&text=As%20mulheres%20representam%2092%25%20das,%2C7%20mil%C3%B5es%2C%20em%202021>

Como Citar:

Lucena, M. S. R., Zambroni-de-Souza, P. C. (2025). Raça, gênero, classe: Cotidiano e mobilização subjetiva de mulheres diaristas. *Revista Subjetividades*, 25(1), e14933. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v25i1.e14933>

Endereço para correspondência

Maria do Socorro Roberto de Lucena
E-mail: 23mariaroberto@gmail.com

Paulo César Zambroni-de-Souza
E-mail: paulozamsouza@yahoo.com.br



Recebido: 23/01/2024

Aceito: 23/10/2024